

## **A INFLUÊNCIA DA LÍNGUA FALADA NA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

*Marli Quadros Leite*

### **Considerações iniciais**

As perguntas que freqüentemente são formuladas acerca do que é “certo” ou “errado” em português nos levam a refletir sobre a questão da norma lingüística de modo geral e sobre a norma prescritiva (a norma da gramática tradicional) de modo particular. O usuário da língua tem sempre a preocupação de “falar bem” a sua língua, o que significa estar alinhado com a prática lingüística dos grupos a que pertence e com o que consegue aprender sobre a língua, seja por meio da observação da escrita, seja por meio de metalinguagem.

É essa atitude lingüística que tem alimentado a indústria editorial de publicações do tipo “não erre mais”, “1000 erros de português” etc. O usuário, ao adquirir um volume como esses, tem a ilusão de que melhorará sensivelmente seu nível de linguagem em todas as situações de comunicação e pensa resolver seus problemas lingüísticos, tanto em relação à modalidade falada, quanto à escrita. A primeira consequência da leitura é tomar conhecimento de que eram “errados”, ou considerados inexistentes na língua, muitos de seus usos, antes nem imaginados como tal. A segunda é comentar com amigos e parentes as novidades lingüísticas que aprendeu. A terceira pode ser descobrir que, se puser em prática, de modo indistinto, muitas daquelas “recomendações”, vai-se sentir “um

estranho no ninho”, em muitos momentos de interação. O que ocorre? A norma prescrita nesses manuais não anda *pari passu* com a realidade lingüística como um todo? A resposta é não, em muitos casos.

As regras da gramática normativa são extraídas de textos escritos literários, de épocas anteriores à da descrição. Aquela norma, portanto, jamais será integralmente praticada e os pontos de discordância entre o que um usuário culto fala/escreve e o prescrito são exatamente os que “saltam aos ouvidos e olhos” dos usuários e causam a sensação de desconforto, de haver “erro de português”. Em se tratando de norma culta, as discordâncias existem, mas não são tantas e tamanhas a ponto de se poder dizer que há duas organizações, duas gramáticas, a da língua praticada e a da língua prescrita. A grande diferença entre elas é que a língua praticada é um mecanismo multiforme que toma diferentes configurações, quando posta em discurso, e a prescrita é uma entidade monolítica.

O objetivo deste trabalho é investigar na norma prescritiva, na gramática tradicional, algumas mudanças provocadas pela força da realidade falada da língua. Para comprovar a hipótese de que a norma dos manuais de gramática são vagarosamente alteradas pela influência da língua falada de cunho popular ou não, tomaremos como *corpus* de análise a *Moderna Gramática Portuguesa* (MGP), de autoria de Evanildo Bechara, em suas duas versões, a primeira de 1961 e a segunda de 1999, analisando, especificamente, dados referentes à morfologia.

A metodologia de trabalho será comparar os dois textos para apontar mudanças, com especial atenção às “observações” e notas que qualificam usos como “linguagem vulgar”, “linguagem coloquial”, “linguagem familiar” etc., a fim de verificar se alguns passaram a ser incorporados à norma, sem qualificativos ou restrições, ou mesmo se há registros de usos falados/escritos, que comprovam a mudança lingüística, ou documentam a passagem da variação à mudança.

## **1. Descrição do corpus**

As duas versões da MGP são bem diferentes em alguns aspectos. O próprio autor reconhece isso quando diz: “*Amadurecido pela leitura*

### **Fala e escrita em questão.**

*dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma área e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro.*” A maior diferença diz respeito ao aproveitamento da teoria lingüística para a explicação dos fatos da língua. Na primeira edição, o autor, somente em alguns pontos, se aproveita dessa teoria para explicar certas regras; na segunda, o aproveitamento é farto. A presença da Lingüística se comprova desde a dedicatória: a 1ª edição é dedicada apenas a M. Said Ali e a segunda, é dedicada tanto a este quanto a outros lingüistas, sobre os quais diz:

*“Aos mestres e amigos*

*EUGENIO COSERIU*

*JOSÉ HERCULANO DE CARVALHO*

*J. MATTOSO CÂMARA JR.*

*a cujas lições fui colher o que de melhor existe nesta nova versão”.*

A gramática de 1961, em sua época, foi inovadora e fez justiça ao título. Como afirma o autor no prefácio, os leitores encontrariam ali *“um tratamento novo para muitos assuntos importantes que não poderiam continuar a ser encarados pelo prisma que a tradição os apresentava”*. Isso se pode constatar no tratamento de alguns pontos, como, por exemplo, “Estrutura dos vocábulos”, em que se aproxima bem das idéias de Mattoso Câmara Jr. (Bechara, 1983: 167-74). Talvez se possam citar também as observações que faz sobre a colocação pronominal no item “Explicação da colocação dos pronomes átonos no Brasil” (op. cit., p. 329), em que o autor adota uma posição mais flexível do que a da tradição gramatical. Tanto relativamente a esses, quanto a outros casos, todavia, o autor não se desliga completamente da tradição, como veremos adiante.

Para sentir a diferença existente entre as duas versões da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, contudo, não é preciso muito esforço, basta ter contato físico com as duas: enquanto a primeira tem 374 páginas, a segunda tem 669. O confronto do índice da primeira com o sumário da

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

segunda também fornece dados suficientes para a visualização da diferença entre elas. Para que o nosso leitor possa ter idéia do que se fala, apresentaremos um quadro comparativo do índice/sumário das duas versões da MGP <sup>1</sup>:

1ª versão	2ª versão
Índice	Sumário
Prefácio	Prefácio da 37ª edição Prefácio da 1ª edição
<b>Introdução</b> [03 páginas] Que é uma língua? A língua é um fenômeno cultural Modalidades de uma língua: língua falada e língua escrita Língua geral e língua regional Objeto da Gramática Divisão da Gramática Partes da Gramática Objeto da Estilística	<b>Introdução</b> [33 páginas] A) Linguagem: suas dimensões universais B) Planos e níveis da linguagem como atividade cultural C) Língua histórica e língua funcional D) Sistema, norma, fala e tipo lingüístico E) Propriedades dos estratos de estruturação gramatical F) Dialeto – Língua comum – Língua exemplar: Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Lingüística do texto.
<b>I – Fonética e Fonêmica</b>	<b>I – Fonética e Fonologia</b>
<b>II – Morfologia</b> A) Classes de vocábulos 1 – Substantivo 2 – Adjetivo	<b>II – Gramática descritiva e normativa:</b> as unidades do enunciado A) Formas e funções 1 – Substantivo

<sup>1</sup> Por questão de espaço, apresentaremos apenas os itens principais do índice e do sumário.

**Fala e escrita em questão.**

3 – Artigo	2 – Adjetivo
4 – Pronome	3 – Artigo
5 – Numeral	4 – Pronome
6 – Verbo	5 – Numeral
7 – Advérbio e os denotativos	6 – Verbo
8 – Preposição	7 – Advérbio
9 – Conjunção	8 – Preposição
10 – Interjeição	9 – Conjunção
B) 1 – Estrutura dos vocábulos	10 – Interjeição
2 – Formação de palavras	B) Estrutura das unidades: análise mórfica
<b>III – Sintaxe</b>	1 – Estrutura das palavras
A) Noções gerais	2 – Formação de palavras do ponto de vista constitucional
B) O período simples	3 – Estudo estrutural do léxico: a lexemática
C) O Núcleo	4 – Formação de palavras do ponto de vista do conteúdo
1 – Termos essenciais da oração	5 – Alterações semânticas
2 – Tipos de predicado verbal	C) Estrutura do enunciado ou período.
3 – Constituição do predicado verbal	A oração e a frase
4 – Complementos nominais	1 – A oração: funções oracionais
5 – Adjunto: seus tipos	2 – Orações complexas e grupos oracionais:
6 – Agente da passiva	A subordinação e a coordenação.
7 – Aposto: seus tipos	A justaposição
8 – Vocativo	3 – As chamadas orações reduzidas
A) O período composto	4 – As frases: enunciados sem núcleo verbal
1 – Orações independentes e dependentes	5 – Concordância
2 – Oração principal	6 – Regência
3 – Interrogação direta e indireta	
4 – Orações coordenadas conectivas	
5 – Orações intercaladas	

6 – Orações subordinadas 7 – Orações reduzidas E) Sintaxe das classes de palavras 1 – Emprego do artigo 2 – Emprego do pronome 3 – Emprego do verbo 4 – Emprego de preposições 5 – Concordância 6 – Regência Apêndice: 1 – Figuras de sintaxe 2 – Vícios e anomalias de linguagem	7 – Colocação Apêndice: 1 – Figuras de sintaxe 2 – Vícios e anomalias de linguagem
<b>IV – Pontuação</b>	<b>III – Pontuação</b>
<b>V – Semântica</b>	—
<b>VI – Noções elementares de estilística</b>	<b>IV – Noções elementares de estilística</b>
<b>VII – Noções elementares de versificação</b>	<b>V – Noções elementares de versificação</b>

O índice da primeira edição mostra uma organização mais tradicional, em que, depois de uma pequena introdução sobre conceito de língua e sua divisão em modalidades, e sobre conceituação de gramática e suas partes, dentro da perspectiva tradicionalista, o autor trabalha com a seguinte ordem: 1. Fonética e Fonêmica; 2. Morfologia; 3. Sintaxe; 4. Pontuação; 5. Semântica; 6. Noções elementares de estilística; e 7. Noções elementares de versificação. Já na segunda versão, há outra postura em relação a tal divisão, pois o autor trata de: 1. Fonética e Fonologia; 2. Gramática Descritiva e Normativa; 3. Pontuação; 4. Estilística (noções) 5. Versificação (noções). Em ambos os casos, a divisão das partes da gramática revela a postura do autor frente ao objeto *gramática*. A segunda edição indica que a atitude primeira de isolar morfologia e sintaxe foi revista, e esses níveis de análise passaram a integrar o que o autor con-

### **Fala e escrita em questão.**

sidera efetivamente *gramática*, já que foram os únicos denominados “gramática descritiva e normativa”. Os demais, incluindo a Fonologia, ficaram à margem do que fica entendido como *gramática*.

Adiante comentaremos algumas diferenças mais evidentes, sob o ponto de vista do tema que nos interessa neste artigo: a força da realidade linguística na mudança da norma prescritiva. Para tanto, nossa base teórica será a da teoria da mudança de Keller (1994), a da gramaticalização de Hopper & Traugott (1994), a da gramatização de Aurox (1988) e a das teorias da norma de Coseriu (1987) e Aléong (1983).

## **2. Fundamentação teórica**

É lugar-comum a afirmação de que é próprio à língua mudar, evoluir. Aurox (1992), por exemplo, diz que a mudança é um processo tão natural das línguas vivas que, se não existir, a língua não será mais língua viva. Portanto, o raciocínio é simples, o uso leva a variações e estas às mudanças: língua viva = mudança constante, inovações, dinamismo; língua morta = conservação, paralisação, estatismo.

Não faltam, porém, aqueles que se insurgem contra a variação da língua. Para esses, a língua é entendida como uma entidade monolítica, cuja única face é aquela descrita nos manuais de gramática tradicional e nos dicionários. Sob esse ponto de vista, a língua tem apenas uma possibilidade de realização, e as divergências a tal possibilidade são “erros crassos”<sup>2</sup>. Fica a impressão, pelos comentários feitos, de que essa norma da gramática prescritiva é imutável. Isso, porém, não é verdade, como demonstraremos por meio de exemplos extraídos do próprio texto normativo.

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, o que diz Niskier (1999): “(...) pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa. (...) Novas formas de regência verbal são adotadas e, também, por influência do economês, todos ‘oportunizam’, ‘absolutizam’, ‘otimizam’, ‘a nível’ disto e daquilo, e ‘colocam’

Como Coseriu (1987: 74), entendemos que a norma<sup>3</sup> é “a realização do sistema” e que “a norma é, com efeito, um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade.” Há, portanto, normas (no plural) variadíssimas que se compatibilizam no seio de uma comunidade lingüística<sup>4</sup>.

Em geral, há para as línguas, que têm escrita, uma descrição de uma dessas normas, a qual tanto passa a ter o valor de “bom, belo e certo”, quanto a constituir-se como regra para o “bem falar e escrever”. A esse processo de descrição Aurox (1992: 08) chama *gramatização*:

*“O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de ‘gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução Industrial do século XIX.” (Grifos nossos)*

Como diz Aurox (op. cit.), a gramatização “constitui – depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era – a segunda revolução técnico-lingüística.” Esse não é um fato a ser desprezado, mas,

---

perguntas e dúvidas, ‘enquanto’ alunos... (...) Para que estudar verbos irregulares, se é mais fácil dizer ‘interview’ ou ‘manteu’ ou, ainda, descobrir outras utilidades para o ‘aliás’ e o ‘inclusive’? E o triste ‘houveram’? Os chamados anglicismos estão, entre nós, nacionalizados e incorporados ao dicionário por transformação semântica ou morfológica: bife, clube, bonde, dólar, iate, teste não agridem mais a língua nacional. (...) A conclusão é que se deve cuidar dessa matéria de forma inteligente, sem patriotadas, mas com objetividade, no sentido de valorizar o idioma de Machado de Assis e de Fernando Pessoa. Se a nossa pátria é a língua portuguesa, por que não cuidar bem dela?”

<sup>3</sup> Um estudo mais detido sobre o problema da norma e uso lingüístico aparece nos volumes dois e três desta série.

<sup>4</sup> De acordo com Halliday (1974: 100), “a comunidade lingüística é um grupo de homens que se consideram a si mesmos falar a mesma língua.”

### **Fala e escrita em questão.**

depois do aparecimento da Lingüística como disciplina científica, desde o início do século, depois da difusão das idéias de Saussure, a norma prescritiva, antes exageradamente prestigiada, virou tabu, e os lingüistas julgaram que não era matéria de estudo e análise. Ora, esse é um erro tão grande quanto o de atribuir a essa norma hegemonia sobre as demais. Se os cientistas da linguagem não se ocupam do assunto, ele fica entregue aos professores de língua e aos gramáticos que, em geral, não têm visão global sobre o fenômeno da linguagem e, por isso, entendem que a norma prescritiva é a própria língua<sup>5</sup>. Aléong (1983: 277) reconhece tal equívoco quando afirma:

*“É fato que a Lingüística, depois do início do século vinte, deixou o problema da correção da língua aos gramáticos e aos professores de língua.”*

Com isso, não queremos dizer que o lingüista deve chamar a si o papel de codificador das regras da “boa linguagem”, mas que a ele compete também analisar a estrutura e formação da norma explícita, as suas transformações, com o mesmo cuidado e preocupação que tem ao estudar as transformações das normas implícitas. Afinal, a norma prescritiva não é a língua, mas uma de suas descrições, diferente das demais, pois é a única que carrega juízos de valor (“o bom, belo e correto”) e que se presta ao ensino<sup>6</sup>. Além disso, mesmo o lingüista não vendo nela, por esses motivos, muita relevância, é importante para o usuário comum, por

---

<sup>5</sup> Não nos referimos aqui ao autor da MGP, Prof. Evanildo Bechara, que antes de tudo é um lingüista. A MGP, que ora analisamos é uma prova disso, pois desde a 1ª edição inova, como já dissemos, incorporando dados da realidade da língua e oferecendo tratamento diferenciado sobre muitas questões de língua, e também porque a 37ª edição incorpora significativamente a teoria lingüística, especialmente a funcionalista, de Eugenio Coseriu, para explicar o funcionamento da língua.

<sup>6</sup> Usamos aqui a terminologia de Aléong (1983), para quem *norma explícita* é a norma da gramática tradicional e *normas implícitas* são as normas relativas ao uso da língua em todas as suas variedades regionais / sociais e situacionais. Neste trabalho, usamos também o termo *norma prescritiva* no mesmo sentido de *norma explícita*.

funcionar como um parâmetro para a realização culta da língua. Ao linguísta, então, pode caber, por exemplo, verificar essa descrição para, por meio de comparações, análises, comentários e discussões oferecer alguma contribuição ao gramático.

Em termos, este é um estudo que pretende, de algum modo, contribuir para esse processo, já que visa a pôr em relevo certos problemas de gramaticalização, só que a partir da verificação do registro de formas pela norma prescritiva. A diacronia da norma mostra o aproveitamento de usos antes não aceitos, se aparecem registrados sob certas designações restritivas, tais como: *linguagem vulgar, linguagem coloquial, linguagem familiar* etc., que, depois, na progressão do tempo, passam a fazer parte do corpo da norma, sendo introduzidos por expressões como: *no português moderno diz-se (...), modernamente usa-se (...)* etc. Com efeito, essa metalinguagem pode mostrar que não seria descabido proceder a atualizações do texto normativo com maior freqüência.

O processo da gramaticalização (ou gramaticização) pode ser entendido a partir de dois pontos de vista diferentes:

*“Uma delas é histórica, que investiga as origens das formas gramaticais e dos caminhos típicos da mudança que as afeta. Sob essa perspectiva, gramaticalização é usualmente tomada como um subconjunto das mudanças lingüísticas pelo qual um item lexical em certos usos torna-se um item gramatical, ou pelo qual um item gramatical torna-se mais gramatical. A outra perspectiva é mais sincrônica, vendo a gramaticalização como primariamente um fenômeno discursivo, pragmático e sintático, a ser estudado a partir do ponto de vista dos fluidos padrões da língua em uso.” (Hopper e Traugott, 1994: 2)*

A segunda perspectiva se enquadra em nosso objetivo de verificar na norma prescritiva a influência que o uso da língua exerce sobre ela, a ponto de, ao longo de algum tempo, provocar uma mudança.

Como explicam os autores, uma forma gramaticalizada é aquela que, sendo primariamente uma “palavra de conteúdo” passa depois a

### **Fala e escrita em questão.**

assumir características gramaticais. Uma classificação preliminar de formas gramaticais, apresentada pelos autores, engloba:

- a) as preposições – palavras gramaticais com relativa independência fonológica;<sup>7</sup>
- b) morfemas derivacionais;
- c) clíticos;
- d) flexões;
- e) perífrases e formas afixadas.

O método de estudo da gramaticalização, a partir do ponto de vista histórico, leva em conta o caminho que uma forma percorre na mudança de uma categoria a outra. Do ponto de vista sincrônico, esse caminho (*cline*) é visto como um contínuo, “uma organização de formas ao longo de uma linha imaginária ao fim da qual está uma forma completa de algum tipo, talvez ‘lexical’, e na outra ponta uma forma compactada e reduzida, talvez ‘gramatical’.” A representação desse contínuo (*cline of grammaticality*) é:

*Palavra de conteúdo > palavra gramatical > clítico > morfema derivacional*

(Op. cit., p. 07)

---

<sup>7</sup> Hopper & Traugott (1994: 04) falam também sobre a independência sintática das preposições do inglês que podem atuar no fim de uma oração sem uma frase nominal, o que não é normal em português. Se bem que, em certas circunstâncias, quando há intenção de elidir uma oração, a preposição pode aparecer isolada no final da frase, criando um efeito de tensão acerca do que se diz. É o que faz Mário de Andrade em *Amar Verbo Intransitivo*, por exemplo, quando num momento de tensão Sousa Costa tem de explicar à Dona Laura exatamente qual era a tarefa de Fräulen naquela casa, e termina ofendendo a acusada:

“– Mas Fräulen não tive a intenção *de!*” (Andrade, 1944: 78) (Grifamos)

Em português, só para ilustrar, podemos lembrar o contínuo da palavra *mente*, gramaticalizada como sufixo derivacional, formador de advérbios de modo. Veja-se o que diz Ali (1964: 230) sobre essa passagem:

*“1130. Que mesmo na derivação sufixal nem sempre é fácil determinar a linha que a separa do processo de composição, vê-se pelo histórico dos advérbios em –mente. Enquanto em latim só se usaram dizeres como fera mente, bona mente (ou feramente, bonamente, pois se pronunciariam ligando as palavras), em que se combinavam os substantivos com qualificativos adequados à sua significação, o processo em vigor era, quando muito, a composição, formavam-se palavras compostas. Desde porém que com igual facilidade puderam vogar combinações como rapidamente, recentemente, já a palavra mente tinha perdido a significação e valor substantivo e, de termo componente, passava a funcionar como sufixo criador de advérbios.”*

Esse exemplo serve aqui apenas para comprovar com um fato, dentre outros tantos, a existência da mudança lingüística, sempre tão rejeitada pelos usuários de uma dada sincronia. Nosso estudo não diz respeito à explicação dessa mudança, mas a sua verificação no corpo do manual normativo que, em última instância, pode indicar certo conservadorismo lingüístico.

Segundo Keller (1994: 05), as mudanças na língua não decorrem, como se pensa correntemente, necessária e suficientemente das mudanças do mundo. A necessidade de comunicação e a intenção de os homens exercerem influência uns sobre os outros são decisivas para isso. O próprio autor afirma que as razões da inexorável mudança lingüística ainda não foram descobertas, mas que uma teoria da mudança é, também e ao mesmo tempo, uma teoria das funções e princípios da comunicação.

O problema da mudança da língua implica o exercício do “pessimismo cultural”. Isso ocorre porque o usuário não tem intenção, nem planos, para promover as mudanças e, também, não tem consciência de que elas existem natural e independentemente de sua vontade. Por isso, o usuário tende a achar que a perfeição se encontra em estágios anteriores

### **Fala e escrita em questão.**

da língua, isto é, os estágios descritos nos manuais como a “língua correta”, por meio de exemplos da literatura. Esses, então, passam a constituir o foco de resistência da mudança.

Nossa premissa neste trabalho é a de que mesmo esses focos conservadores não resistem às mudanças que, ao longo do tempo, precisam não somente ser registradas, mas também assimiladas. Passemos, então, à verificação de algumas ocorrências de mudanças no texto gramatical de Bechara (1961 e 1999).

### **3. Mudança lingüística no texto prescritivo**

Analisaremos alguns exemplos de *mudança* registrados na *Moderna Gramática Portuguesa*. Antes de tudo, cabe dizer que, embora a MGP seja uma “gramática tradicional” o autor procurou tratar da descrição da realidade lingüística na sua modalidade culta escrita. É o que o termo *descritiva* posto ao lado de *normativa* indica. Além disso, o adjetivo *descritiva* também diz respeito ao aproveitamento da teoria lingüística para explicação dos temas tradicionalmente tratados na gramática normativa. Essa é uma grande diferença entre as duas versões da MGP: a presença significativa da teoria lingüística para a explicação de muitos fenômenos da língua. Esse fato faz a gramática selecionar um leitor mais exigente e talvez seja possível dizer que essa é uma edição voltada para o ensino superior, para os alunos de Letras ou Lingüística.

Como nesse artigo não temos o objetivo de resenhar a MGP, deixaremos de lado os comentários sobre a Gramática como um todo para nos fixarmos nos pontos em que há indicações da presença da língua falada, coloquial ou popular, ou, ainda, do uso não padrão da língua, que leva a alterações na norma tradicional.

No âmbito da morfologia, a descrição da flexão de gênero evidencia a presença do uso na norma prescritiva. Assim, Bechara (1999: 133) inicia a abordagem sobre o gênero com o subtítulo “Inconsistência do gênero gramatical”, explicando, de saída:

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

*“A distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma (...).*

*A inconsistência do gênero gramatical fica ainda mais patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. (...)*

*Na variedade temporal da língua, do português antigo ao contemporâneo, muitos substantivos passaram a ter gêneros diferentes, alguns sem deixar vestígios, outros como mar, hoje masculino, onde o antigo gênero continua presente em preamar (prea = plena, cheia) e baixamar”. (Grifo nosso)*

O reconhecimento desse fenômeno ainda leva o autor a listar mais algumas palavras, antes usadas com gênero diferente do praticado hoje, por exemplo: antes femininos – *fim, cometa, mapa, tigre, fantasma*; antes masculinos – *árvore, tribo, catástrofe, hipérbole, linguagem, linhagem*. (Op. cit., p. 134)

As necessidades de comunicação impostas pela vida moderna, consoante idéia de Keller (1994), impõem alterações na norma. Isso está registrado no texto normativo em exame:

*“A presença cada vez mais justamente acentuada da mulher nas atividades profissionais que até bem pouco tempo eram exclusivas do homem tem exigido que as línguas – não só o português – adaptem seu sistema gramatical a estas novas realidades. Já correm vitoriosos faz muito tempo femininos como mestra, professora, médica, advogada, engenheira, psicóloga, juíza, entre tantos outros. (Sublinhamos)*

Como para o nosso objetivo é de fundamental importância ressaltar a força da realidade de certos usos da língua nesse tipo de texto, devemos continuar as citações para comprovar nossa hipótese. Assim, prossegue dizendo Bechara (1999: 134):

### **Fala e escrita em questão.**

*“As convenções sociais e hierárquicas criaram usos particulares que nem sempre são unanimemente adotados na língua comum. Todavia já se aceita a distinção, por exemplo, entre a Cônsul (= senhora que dirige um consulado) e a Consulesa (= esposa do Cônsul), a Embaixadora (= senhora que dirige uma Embaixada) e Embaixatriz (= esposa do Embaixador). Já para senador vigoram indiferentemente as formas de feminino senadora e senatriz para a mulher que exerce o cargo político ou para a esposa do senador, regra que também poucos gramáticos e lexicógrafos estendem a consulesa e embaixatriz.” (Sublinhamos)*

Os comentários do autor permitem entender que a gramática acolhe os usos contrários à norma prescritiva anterior, como, por exemplo, o do emprego da palavra *senadora* para os dois casos citados. Essa é uma influência do uso real, global, da língua. Essas explicações não figuram no texto da antiga versão da MGP.

Nas duas versões da MGP, as referências ao usos da forma gramaticalizada *a gente*, e ao emprego da forma de tratamento *você*, que se vai gramaticalizando como pronome pessoal ao lado de *tu*, de largo emprego em quase todas as normas do português do Brasil, exceção para falantes de alguns estados brasileiros<sup>8</sup> em se que usa o *tu*, ainda aparecem com restrições. O texto é idêntico em ambos os casos, mas, mesmo assim, digno de nota por registrar, ainda que sob a rubrica *observações*, um uso real da língua que vai de encontro à norma prescritiva. Diz o texto:

*“3.ª) Você, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência Vossa Mercê. Caindo o pronome vós em desuso, só usado em orações de estilo solene, emprega-se vocês como plural de tu.*

---

<sup>8</sup> Cunha & Cintra (1985: 284) dizem: “No português do Brasil o uso do *tu* restringe-se ao extremo Sul e a alguns pontos do Norte, ainda não suficientemente delimitados. Em quase todo o território brasileiro, foi ele substituído por *você* como forma de intimidade. *Você* também se emprega fora do campo da intimidade, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior.”

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

4.<sup>a</sup>) O substantivo *gente*, precedido do artigo *a* em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a esta sozinha, passa a pronome e se emprega fora da linguagem cerimoniosa. Em ambos os casos o verbo fica na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular.”

Pesquisas recentes<sup>9</sup> têm mostrado o processo de gramaticalização da expressão nominal *a gente* e, conseqüentemente, seu emprego em situações de comunicação não somente familiar ou coloquial, como registra a norma prescritiva, tradicional.

Ainda no capítulo dos pronomes, há alguns fatos que merecem destaque. O primeiro ponto refere-se ao emprego do pronome pessoal reto em vez do oblíquo em “coordenações de pronomes ou com um substantivo introduzidos pela preposição *entre*: entre *eu* e *tu* (por entre *mim* e *ti*); entre *eu* e o aluno, entre José e *eu*” (p. 173).

Na primeira versão da MGP, Bechara não toca nesse emprego, mas na segunda diz:

“Já há concessões de alguns gramáticos quando o pronome *eu* ou *tu* vem em segundo lugar:

*Entre ele e eu. Entre o José e eu.*

*A língua exemplar insiste na lição do rigor gramatical, recomendando, nestes casos, o uso dos pronomes oblíquos tônicos:*

*Entre mim e ti. Entre ele e mim.*

*Um exemplo como Entre José e mim dificilmente sairia da pena de um escritor moderno.” (Ib.)*

Nessa passagem fica evidente que o uso tem forçado o emprego das formas retas e, possivelmente, estas venham a se gramaticalizar na posição. O comentário do autor sobre a escolha que um escritor moderno faria nesse caso é uma indicação clara da normalidade do emprego da

---

<sup>9</sup> Por exemplo, Omena, N. P. de & Braga, M. (1996); Leite, M. Q. (1999).

### **Fala e escrita em questão.**

expressão com o pronome reto. Cunha e Cintra (1985: 290) também registram esse emprego e assim se pronunciam sobre a questão:

Observações:

(...)

2.ª) A tradição gramatical aconselha o emprego das formas oblíquas tônicas depois da preposição *entre*. (...) Na linguagem coloquial predomina, porém, a construção com as formas retas, construção que se vai insinuando na linguagem literária.”

Em passagem como essas, o próprio texto normativo indica as tendências de usos, discrepantes da norma prescritiva em vigor, que deixam no texto normativo marca da realidade lingüística falada ou escrita.

A lição de Bechara (1961 e 1999) quanto ao emprego do pronome *se* na construção reflexiva é inovadora. Na versão de 61, o autor arrola as três funções do *se* (sujeito de infinitivo; objeto direto – com verbo transitivo direto na voz reflexiva; objeto indireto – com verbo transitivo indireto na voz reflexiva, ou com verbo acompanhado de dois complementos) e as faz seguir dos comentários do filólogo Martins de Aguiar, segundo o qual tanto a sintaxe de exemplos como *Vende-se casas* quanto a de *Vendem-se casas* está correta porque, explica, há aí uma evolução lingüística que implicou o contínuo (*cline*)

“*Reflexivo → passivo → indeterminador*”

(Bechara, 199: 178)

Na primeira versão da MGP, p. 329, Bechara deixa completamente a palavra para Martins de Aguiar, simplesmente transcrevendo toda a explicação que o autor dá sobre o problema. Encarar esse problema sobre tal ponto de vista é uma posição sem dúvida inovadora no seio de uma gramática normativa. Vejamos a lição de Martins de Aguiar adotada na MGP:

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

*“Vende-se casas e fritam-se ovos são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requer vendem-se e fritam-se. Mas ambas as sintaxes são corretas, e a primeira não é, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estádios diferentes de evolução. (...)”*

Na segunda edição da MGP, o autor explicita sua opinião sobre o problema, referindo-se ao “falante”. Leiamos o trecho (op. cit., p. 178):

*“(...) o se como índice de indeterminação do sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objetos direto – estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: Vendem-se casas = ‘alguém tem casa para vender’) e de ligação (É-se feliz). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo com o verbo.” (Sublinhamos)*

Essa opinião do autor sobre o uso do verbo transitivo direto no singular com sujeito plural usado como objeto direto é um dado de reconhecimento de uma prática lingüística, mas fica ambíguo se é um uso permitido ou não na norma culta. O que é patente em ambos os casos é que esse é um dado real da língua, com força suficiente para aparecer no texto da norma prescritiva.

Ainda no que se refere a pronomes, a MGP de 99 registra uma sintaxe, talvez já gramaticalizada na língua falada, que não é citada na versão de 61. É o caso do relativo *que*, o qual, pela tradição, seria regido de preposição, mas na atualização efetiva da língua o usuário “corta” a preposição<sup>10</sup>. O registro desse fato no texto prescritivo é tão inovador, que os pesquisadores que lidam com a questão ainda nem imaginam que ele já possa aparecer no texto normativo. Pesquisas recentes, como a de

<sup>10</sup> Veja-se sobre o problema, Tarallo (1983).

### **Fala e escrita em questão.**

Morais (1999), por exemplo, ainda afirmam que “(...) os manuais de gramática nem sequer mencionam a existência das estratégias de relativização diferentes da estratégia padrão.” São estas as palavras de Bechara:

*“Relativo universal – na linguagem coloquial e na popular pode aparecer o pronome relativo despido de qualquer função sintática, como simples transpositor oracional. A função que deveria ser desempenhada pelo relativo vem mais adiante expressa por um substantivo ou pronome precedido de preposição. É o chamado relativo universal que, desfazendo uma complicada contextura gramatical, se torna um ‘elemento lingüístico extremamente prático’.*

*Ali vai o homem que eu falei com ele.*

*Por*

*Ali vai o homem com quem eu falei.” (Op. cit. 201)*

O estudo do verbo nas duas edições da MGP é bem diferente. A primeira traz apenas uma descrição tradicional dessa classe de palavra <sup>11</sup>, e a segunda, antes de entrar na descrição tradicional, apresenta um estudo funcional das categorias verbais. O que nos interessa no momento, porém, são as observações sobre os usos modernos que aparecem nessa última.

A primeira observação relativa à realidade da língua dentro desse assunto diz respeito à ausência do agente da passiva em certos contextos. Na primeira versão da MGP, o autor afirma, sobre o emprego da voz passiva analítica:

*“A passiva analítica difere da passiva pronominal em dois pontos:*

*(...)*

*2) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a pronominal, no português moderno, a dispensa obrigatoriamente.*

---

<sup>11</sup> Exceção feita à descrição da morfologia do verbo, que está conforme a teoria estruturalista.

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

*Eu fui visitado pelos parentes.*

*Aluga-se a casa (não se diz aluga-se a casa pelo proprietário). (Op. cit., p. 09)*

Na segunda versão, o assunto é tratado diferentemente no que diz respeito à explicação da voz passiva. Nessa, o autor se preocupa um pouco mais com a distinção existente entre as vozes passiva e reflexiva, também enfatizando a diferença entre passiva e passividade verbal. Então, sobre o que vimos dizendo, o autor distingue:

*“A voz passiva difere da reflexiva de sentido passivo em dois aspectos:*

*1)(...)*

*2) pode seguir-se de uma expressão que denota o agente da passiva, enquanto a reflexiva, no português contemporâneo, dispensa: (...)*

*(Grifamos)*

Note-se que, na versão de 99, a qualificação do português atual passa a *contemporâneo* e não *moderno* como na anterior, qualificativo que podia fazer pensar ser característica da língua usada do séc. XVI para cá<sup>12</sup>. Esse pormenor marca um dado da norma contemporânea do português em confronto com uma outra diferente, antiga. É uma comprovação de que a língua praticada efetivamente muda a norma prescritiva.

Ainda sobre verbo, as duas versões da MGP divergem quanto à descrição dos auxiliares modais (de) + infinitivo. Assim, então, Bechara explica o seguinte nas duas edições:

*“Em vez de ter ou haver de + infinitivo, usa-se ainda, mais modernamente, ter ou haver que + infinitivo: tenho que estudar. (...)*

---

<sup>12</sup> Cf. Lausberg (1974: 36).

### **Fala e escrita em questão.**

O autor acrescenta à versão de 61 uma segunda observação relativa a esse assunto, explicando um uso desses verbos modais acompanhados de preposição e infinitivo, que se vai gramaticalizando, pelo sentido diferenciado que adquire. Assim, diz ele:

*“Muitas vezes no Português contemporâneo não é indiferente o sentido da expressão com preposição ou sem ela: Deve resultar exprime certa precisão de resultado; deve de resultar traduz a probabilidade do resultado.” (MGP, 1999, p. 232)*

O reconhecimento do uso corrente, depois da normalidade de certos empregos, leva Bechara a, em alguns casos, desautorizar a tradição em benefício da realidade da língua. Por exemplo, no capítulo das preposições faz uma observação sobre o uso da preposição *em*, nas expressões tais como *General em chefe*, *Ferro em brasa*, *Imagem em barro*, *Gravura em aço*, antes condenada por galicismo, nos seguintes termos:

*OBSERVAÇÃO: Tem-se, sem maior exame, condenado este emprego da preposição em como galicismo. Tem-se também querido evitar a expressão em questão, por se ter inspirado em modo de falar francês; mas é linguagem hoje comuníssima e corrente nas principais línguas literárias do mundo.” (MGP, 1999, p. 316) (Sublinhamos)*

É interessante observar os argumentos do gramático quando é preciso explicar um problema como esse. Claro está que o emprego da preposição em expressões como as supracitadas foram consagradas pela adoção e uso em tais contextos o que, depois, as consagrou como normais na língua, quer na modalidade escrita ou falada, nos registros formais ou informais. Nesse caso, não resta outra alternativa ao gramático sensível aos fatos da língua senão o reconhecimento da existência da expressão. Vale notar a observação de Bechara, a fim de justificar sua opção, ao uso desse tipo de expressão “nas principais línguas literárias do mundo”. Talvez se possa dizer que esse não seja um argumento pró-

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

prio para justificar um uso vernáculo, mas é válido e pode ser tomado como princípio explicativo para a justificação da novidade nesse campo tão inóspito a inovações. E elas existem, como estamos percebendo.

Ainda no terreno das preposições, vêem-se outros aproveitamentos da realidade lingüística. No que tange ao emprego da preposição *por* (e *per*), observamos o seguinte:

“(...)

*m) depois de nomes que exprimem disposição ou manifestação de disposição de ânimo para alguma coisa:*

*‘A paixão pelo jogo pressupõe ordinariamente pouco amor pelas letras’ [MM].*

*OBSERVAÇÃO: Não procede mais o ter-se como errônea a construção com por, nestes casos porque, no português contemporâneo, o uso de de se especializou no sentido de genitivo objetivo. No português de outros tempos, amor de Deus era tanto o que consagramos a ele (genitivo objetivo) ou o que ele tem, o que nos consagra (genitivo subjetivo). Em lugar de amor pelas letras diz-se também corretamente amor às letras. (...). (p. 318) (Sublinhamos)*

(...)

*o) introduzindo o predicativo do objeto direto, denota qualidade, estado ou conceito em que se tem uma pessoa ou coisa:*

*Ter alguém por sábio. Enviou alguém por embaixador. Tenho por certo que ele virá.*

*OBSERVAÇÃO: Neste emprego pode ser substituída pela preposição como, apesar da crítica injusta dos puristas.” (p. 319) (Sublinhamos)*

Ressalte-se que, em ambos os casos, a lição das *observações* é a que realmente descreve a língua praticada, mas a barreira da tradição é

### **Fala e escrita em questão.**

muito alta, e fatos como esse perduram marginalmente por muito tempo.

No capítulo das conjunções, o autor da MGP introduz algumas novidades, no âmbito do texto normativo, referentes à conceituação dessa classe de palavra, por estabelecer diferenças entre *conector* (a conjunção coordenativa) e *transpositor* (a conjunção subordinativa). Essa posição leva-o ao seguinte: as conjunções coordenativas são apenas três: aditivas, adversativas e alternativas. As explicativas e as conclusivas, segundo anuncia, são representadas por unidades adverbiais (*pois, logo, entretanto, não obstante* etc.) que têm comportamento sintático diferente dos conectores. Nesse grupo incluem-se alguns itens lexicais antes tidos, inclusive pelo próprio Bechara (1983: 161-62), como conjunções adversativas, tais como: *contudo* e *todavia*. Nas duas versões da gramática, porém, o autor faz certas observações que vêm ao encontro de nosso objetivo de estudo. No que toca às conjunções causais, por exemplo, se de um lado abona uma expressão consagrada pelo uso (*mas, antes, rejeitada pela tradição*), de outro, condena uma outra expressão igualmente usada e condenada. Vejamos:

#### *“OBSERVAÇÕES:*

*1.ª) Já se condenou injustamente o emprego de desde que em sentido causal, só o aceitando com idéia temporal (assim que) ou condicional.*

*2.ª) Evite-se o emprego de de vez que por não ser locução legítima. (MGP, 1999: 326)*

Outro uso que vem rompendo a tradição, e que já é forçoso ao gramático acolher, é o do *que* chamado excessivo, acompanhante de advérbios, que, assim, se gramaticalizam como “locuções conjuntivas”. Sobre o assunto assim se pronuncia Bechara:

*“Que excessivo – Sob o modelo das “locuções” conjuntivas finalizadas por que, desenvolveu-se o costumes de acrescentar este transpositor junto a advérbio que só por si funciona como adjunto adverbial: en-*

LEITE, Marli Quadros. A influência da língua falada na gramática tradicional.

*quanto que, apenas que, embora que, mal que, etc., construções que os puristas não têm visto com bons olhos, apesar dos exemplos de escritores corretos:*

*'... porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos' [MA. 1, 24].*

*Aparece ainda o que excessivo depois de expressões de sentido temporal como:*

*Desde aquele dia que o procuro." (Ib.)*

Aqui, também, vemos a referência do autor ao veto dos puristas a construções provindas do uso real da língua. Essa abertura do gramático leva o leitor a entender a lição de dois modos: 1. a expressão está abonada pelo gramático que a reconhece e a ela faz referência, embora ela tenha, antes, sido considerada errada ou ruim; 2. o autor apenas a registra, e a referência ao veto é uma indicação de que não deve ser praticada se se quer usar um português correto.

Certo é que, como diz MORAIS (1999) “o padrão escrito muda historicamente, e o esforço normativo não é capaz de deter o processo de mudança”. Não resta, portanto, outra alternativa ao gramático senão o reconhecimento da variação ou mudança lingüística.

### **Considerações finais**

Esta análise mostra que o texto prescritivo também é um espaço de registro de mudanças lingüísticas. É também um lugar em que se pode verificar a variação lingüística, pois alguns registros de usos denominados *familiares* e *coloquiais* são o reflexo de que mais de uma forma é empregada pelo usuário. Se a norma prescritiva é, por natureza, tradicional e conservadora, é certo pensar que todos os registros que nela aparecem são extremamente típicos do uso culto, especialmente escrito,

### **Fala e escrita em questão.**

da comunidade lingüística. As formas da modalidade falada da língua, contudo, provocam mudanças na norma tradicional.

O registro de usos que “perturbam” a tradição causa problemas ao gramático que, diante deles, tende a não tomar uma posição clara nem a favor da tradição nem a favor do uso real da língua.

Neste estudo, restrito ao âmbito da morfologia, pudemos verificar alguns (possíveis) casos de gramaticalização, reconhecidos pelo gramático, relativos a:

1. Flexão nominal – vimos consagrados os femininos *mestra*; *senadora* / *senatriz*, indiferentemente para a mulher do senador ou para quem exerce o cargo de senador.
2. Pronominalização – emprego da expressão substantiva *a gente* como pronome de terceira pessoa do singular, ao lado de *nós* da primeira pessoa do plural.
3. Troca do emprego de forma pronominal oblíqua tônica por forma reta – emprego do pronome pessoal reto *eu* com a preposição *entre*, em vez do pronome oblíquo *mim*.
4. Eliminação do agente da passiva em estrutura em que o verbo esteja na voz passiva.
5. Emprego da estrutura *ter* / *haver* + *que*.
6. Diferenciação semântica das estruturas *infinitivo* + *infinitivo* (valor de precisão de algo) e *infinitivo* + *de* + *infinitivo* (probabilidade de algo).
7. Aceitação da preposição *em* em estruturas do tipo *substantivo* + *em* + *substantivo* (Ex. *General em chefe*).
8. Aceitação da preposição *como* introduzindo o predicativo do objeto direto.
9. Aceitação da locução conjuntiva *desde que* com valor causal.
10. Reconhecimento de locuções conjuntivas com *que*: *enquanto que*, *apenas que*, *embora que*, *mal que* etc.

11. Reconhecimento da indeterminação do sujeito em textos com verbos transitivos diretos na voz passiva (Vende-se casas).

Um estudo sobre a *sintaxe* certamente mostraria muitos outros casos de variação/mudança da norma. No entanto, o espaço de um artigo não permite a extensão da pesquisa, o que se fará no contexto de uma pesquisa maior. O trabalho com alguns registros desse fenômeno no âmbito da *morfologia*, acreditamos, já enuncia ao leitor a importância de o pesquisador estar também atento ao texto da gramática tradicional, pois ela, também, e vagarosamente, vai anunciando ou reconhecendo a variação/mudança linguística.

Para finalizar, devemos retornar à idéia de Auroux (1992) de que a gramatização é um processo tecnológico relevante para uma cultura, pois a norma prescritiva é também um espaço em que fica registrada, de certo modo, a história (da língua) de um povo. Isso se pode afirmar porque é um espaço em que ficam anotados, primeiro, o modo como *um dia se usou a língua*, depois, num esforço de preservação de um uso de dada época, como se *deveria usar* e, finalmente, como *não se usa mais*, o que fica evidente nos conselhos “*a tradição recomenda, mas a língua moderna...*”. O texto da gramática não é, pois, um texto a esquecer, mas um texto a analisar.

### Referências bibliográficas

- ALÉONG, S. (1983) Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique. In Édith Bedard & Jaques Maurais. *La norme linguistique*. Paris: Le Robert, p. 256-280.
- ALI, S. (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- ANDRADE, M. (1944) *Amar, verbo intransitivo*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro.
- AUROUX, S. (1988) *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- BARROS, D. L. P. de. *Conceitos e imagens da norma no português falado no Brasil: o discurso da gramática*. (versão preliminar)

**Fala e escrita em questão.**

- BECHARA, E. (1983) *Moderna gramática portuguesa* – curso de 1º e 2º graus. 28. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional [1ª versão 1961].
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. (1999) 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CÂMARA JR., J. M. (1970) *Estrutura da língua portuguesa*. 15. ed. Petrópolis: Vozes.
- COSERIU, E. (1987) *Teoria da linguagem e lingüística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, p. 13-85.
- HALLIDAY, M. K. et. al. (1974) *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes.
- HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. C. (1994) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KELLER, R. (1994) *On language change – the invisible hand in language*. London / New York: Routledge.
- LAUSBERG, H. (1974) *Lingüística românica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- LEITE, M. Q. (1999) Língua falada: uso e norma. In: PRETI, D. (org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas.
- MORAIS, M. A. C. T. Algumas reflexões sobre a relação ensino e normas. In LEITE, M. Q. (org.) *Discurso e interação: ensino de língua e literatura*. Campinas: Mercado de Letras (no prelo).
- NISKIER, A. (1999) Língua Portuguesa e Timor Leste. *Folha de S. Paulo*, 24 set. 99, p. 3.
- OMENA, N. P. e BRAGA, M. L. (1996) A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; ROCARATI, C. e MOLLICA, M. C. (org.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- TARALLO, F. (1983) *Revitalization strategies in Brazilian portuguese*. University of Pennsylvania. (Tese de Doutorado)